

UMA LEITURA DA ECONOMIA BAIANA PELA ÓTICA DO PIB – 1975/2005

GUSTAVO CASSEB PESSOTI¹

Resumo

Esse artigo tem como objetivo fazer uma análise do Produto Interno Bruto da Bahia no período 1975-2005, enfatizando os principais fatos econômicos que marcaram o período e, por conseguinte a evolução do PIB. Com base nesse critério os argumentos foram agrupados obedecendo a seguinte periodização 1975-1986; 1986-1992; 1992-2000 e, 2000-2005.

Palavras-Chave: produto interno bruto, política industrial, recessão econômica, crescimento econômico, transformações estruturais.

Abstract

That article aims at to do an analysis of the Gross domestic product of Bahia in the period 1975-2005, emphasizing the main economical facts that you/they marked the period and, consequently the evolution of GDP. With base in that scenery the arguments were contained obeying the following periods 1975-1986; 1986-1992; 1992-2000 and, 2000-2005.

Key Words: gross domestic product, industrial politics, economical recession, economical growth, structural transformations

Introdução

Este artigo tem por objetivo central fazer uma análise e periodização da trajetória do PIB baiano ao longo dos anos de 1975 e 2005, com destaque para o período mais recente, a partir do ano de 2000, tomando como base as contas regionais produzidas pela SEI em parceria com o IBGE.

A periodização partiu da observação empírica das taxas de crescimento e dos índices do Produto In-

terno Bruto baiano com base em 1975, o que levou à identificação de quatro períodos distintos: uma fase inicial de intenso crescimento; uma segunda, de crise e recessão; a terceira fase, quando a economia baiana volta a apresentar sinais de recuperação, ao longo da década de 1990; e, finalmente a quarta fase em que a economia baiana consolida o crescimento alicerçado no grande desempenho do setor industrial.

Buscou-se ainda, tendo em vista o objetivo proposto, identificar os principais fatores que determinaram a trajetória de crescimento, estagnação e retração desse indicador do crescimento econômico.

Nesse sentido, é salutar considerar o fato de que o PIB representa a expressão monetária do conjunto de todos os bens e serviços finais que são gerados em uma determinada economia em um determinado período de tempo. Embora a definição acabe dando a esse indicador mais importância do que ele realmente mereça, duas considerações precisam ser feitas antes de iniciarmos a análise proposta: primeiro, que embora possua uma grande definição, a mensuração da atividade econômica expressada pelo PIB, apenas sinaliza uma tendência de crescimento e/ou arrefecimento da economia em questão, no período considerado. Isto é, o indicador dado pelo PIB mede apenas a geração das riquezas e não a sua distribuição. Essa definição é muito importante, pois quando falamos que, no período compreendido entre os anos 2000 a 2005 há uma consolidação do crescimento econômico, em momento

nenhum queremos dizer que esse modelo de crescimento esteja comprometido com o desenvolvimento local ou com a maneira mais eficiente de distribuição do agregado macroeconômico.

O segundo ponto a se considerar e, complementar ao primeiro, é o fato de que o PIB não consegue traduzir a totalidade de relações econômicas existentes entre os agentes produtivos. Sua expressão mede, segundo critérios de pesquisa, a totalidade produzida de bens e serviços finais (retirado o consumo intermediário) em um determinado período. No entanto o grau de abertura dos dados em setores produtivos segue a mesma recomendação das Nações Unidas. Assim, não se pode esperar maior poder analítico do PIB que não o de verificar a tendência de comportamento ou ainda a mudança na estrutura econômica (de um país, estado, região ou município) em um determinado período de tempo.

Condicionantes da análise

A identificação e análise desses fatores, que, em parte, explicam a dinâmica da evolução da economia baiana, exigem que se leve em conta dois aspectos principais:

O primeiro deles é a situação político-administrativa do Estado da Bahia, a saber: um Estado subnacional e periférico inserido em uma economia também periférica.

Estado subnacional é identificado com base em Sandroni (2005) como aquele que não controla as variáveis e políticas macroeconômicas. Nesse caso, está-se diante de um poder político e administrativo

¹ Mestrando em Análise Regional pela UNIFACS; Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS; Especialista em Planejamento Regional e Orçamento Público pela UFBA; Economista graduado pela UFBA; Coordenador de Contas Regionais e Finanças Pública na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/SEPLAN.

não-independente/autônomo, que não formula e não define políticas macroeconômicas e, portanto, tem autonomia restrita e também restrito controle sobre os elementos determinantes da conjuntura econômica — taxa de juros, preços, taxa de câmbio, base monetária etc. Sabe-se que a política macroeconômica é fundamental na determinação do crescimento da economia e, portanto, do ritmo da acumulação capitalista.

Quando se menciona “um estado periférico” (SPINOLA, 2001), fala-se do processo histórico, da formação socioeconômica. A Bahia, como integrante da região Nordeste, teve uma participação subordinada na divisão nacional do trabalho ao longo da constituição do capitalismo industrial-financeiro do Brasil. Essa região exportava força de trabalho com baixa qualificação, gerava divisa — sendo o cacau uma importante fonte dessas divisas — e era mercado consumidor dos bens finais produzidos pelas indústrias montadas na região Sudeste, beneficiada com a política de substituição de importações implementada pelo Governo Federal.

Entretanto, apesar de o Estado da Bahia ter tido alguns benefícios no processo anteriormente mencionado e, por isso mesmo, ter-se constituído no sexto PIB do Brasil, a maioria dos seus indicadores sociais encontra-se abaixo da média brasileira. Isso faz com que as condições estruturais da sustentabilidade da acumulação capitalista sejam precárias, a exemplo do nível de escolarização da população em idade ativa (PIA), da distribuição de renda, da infra-estrutura econômica e da situação dos centros de pesquisas e outros.

Estar na periferia de um país periférico significa, para o processo de crescimento econômico, poucos recursos de capital e trabalho para uma acumulação sustentada. Essa condição decorre, em parte, das necessidades básicas não-atendidas ao longo da história, do nível de arrecadação estatal e da baixa geração de poupança interna.

Quanto à organização político-administrativa do Estado da Bahia é importante salientar que a escassez de recursos públicos, a impossi-

bilidade de definição de políticas macroeconômicas de curto, médio e longo prazo e o sério quadro de careências sociais e econômicas resultam em conflitos e tensões permanentes e na necessidade de busca de poupanças externas, no âmbito federal e internacionalmente.

O segundo aspecto é a divisão regional do trabalho no Brasil e a forma de participação da economia do Estado da Bahia nesse processo, ou seja, a forma como os fluxos econômicos, que atuam nos seus limites geográficos, se articulam com o centro dinâmico do capitalismo brasileiro e com outros, no plano internacional.

Cabe salientar que a inserção da economia baiana na divisão nacional do trabalho dá-se da seguinte forma: a) o Estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país; b) é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; c) é um grande mercado consumidor de produtos finais vindos das regiões Sudeste e Sul do país; d) ainda é fornecedor de mão-de-obra, uma vez que perde população, com os processos migratórios.

Com essa compreensão da economia baiana, buscou-se a identificação dos principais fatores que explicam os movimentos e fluxos econômicos no espaço geográfico, político e administrativo do Estado da Bahia, a seguir discriminados:

- Cenário macroeconômico nacional — portanto, as políticas macroeconômicas de curto prazo;
- Políticas macroeconômicas de longo prazo, fiscal, regional, tributária e de emprego e renda;
- Processo de formação histórico, social e econômico;
- Cenário internacional, ainda que de forma mais indireta;
- Organização político-administrativa local, capacidade de investimento, de concessão de incentivos etc;
- Condições naturais, ambientais e culturais e
- Fatores estruturais da competitividade, que são, em boa medida,

consequência imediata das políticas anteriormente citadas: nível educacional/escolarização da população em idade ativa, infra-estrutura econômica — transportes, comunicação, energia; infra-estrutura básica — esgoto, água e saúde; controle ambiental; existência de centros de pesquisa etc.

Antecedentes históricos

A industrialização brasileira, iniciada no final da década de 1950 do século passado com a implementação da indústria pesada, gerou algumas distorções regionais e setoriais. O modelo então implantado — Substituição de Importações — e que vigorou até a década de 1980, favoreceu principalmente os setores agregados ao complexo metal-mecânico da região Centro-Sul do Brasil.

Na década de 1970 houve um esforço de política econômica para integrar as regiões brasileiras mediante a formação de complexos industriais, especialmente de produtores de bens intermediários, na perspectiva de uma matriz produtiva brasileira articulada setorial e regionalmente. Nesse contexto, no Nordeste, ocorreu um avanço da indústria de bens intermediários em detrimento do segmento produtor de bens de consumo não-duráveis, tradicionalmente os de maior peso na indústria de transformação regional, sobretudo os setores alimentício e têxtil. Essa maior participação da indústria de bens intermediários se deve à montagem do Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, a que se associaram as políticas de industrialização regional e de substituição de importações de petroquímicos do II PND. Essas duas políticas econômicas foram fundamentais para a estratégia de crescimento do Estado da Bahia, a partir de meados da década de 1970.

Nesse sentido, a análise apresentada nesse trabalho, da evolução numérica do PIB da Bahia, foi pensada seguindo uma periodização específica, com base nas taxas de crescimento desse macro indicador. Os gráficos e as tabelas mostram, com clareza, que entre 1975 e 1986 o PIB baiano cresceu aceleradamente,

seguindo-se uma fase de estagnação (1986-1992) e, logo depois, uma retomada do crescimento econômico (1992-2000). Por fim a partir do ano de 2000 mostram a manutenção e consolidação do crescimento da economia baiana, principalmente associado aos investimentos industriais realizados.

Período 1 (1975–1986): transformações estruturais e crescimento acelerado

O período que vai de 1975 até 1986 tem como característica principal à transformação estrutural do PIB da Bahia, que deixa de ter como carro-chefe a agropecuária, passando a ser impulsionado pela indústria. Crescimentos acelerados (em torno de 6,1% ao ano) foram à tônica dessa época, marcada pela expansão do segmento industrial baiano, que apresentou taxas de crescimento de aproximadamente 9%.

Esse processo teve origem em meados dos anos 1950, embora, até o início dos anos 1970, a estrutura produtiva da economia baiana ainda estivesse fundada no setor primário-exportador, que se complementava com a economia de subsistência praticada em quase todas as suas regiões. Durante décadas essa dinâmica foi comandada pelo *agro-business* do cacau, que era o principal produto agrícola estadual e o seu maior gerador de divisas.

Contudo, a renda gerada pela cacauicultura foi em parte alocada no próprio setor, aprofundando e mantendo a monocultura do cacau, sendo o restante canalizado para consumo ou investimentos fora do Estado, principalmente em imóveis. Esse setor, por sua vez, devido às suas características estruturais, era incapaz de irradiar seu dinamismo para a economia baiana como um todo. A partir dos anos 1970, com o avanço da industrialização, essa estrutura produtiva começa a mudar e perde sua feição agroexportadora.

Alguns fatores, a seguir comentados, podem ser apontados como principais para o desenvolvimento desse processo. Em primeiro lugar, as políticas macroeconômicas adotadas no país a partir da década de

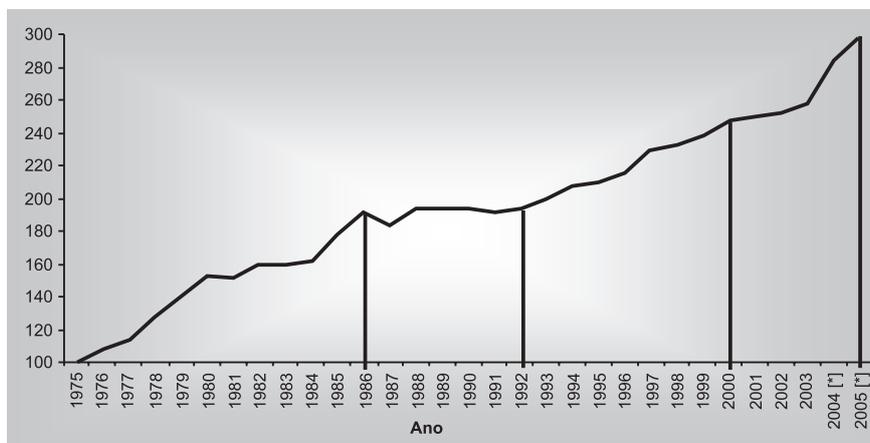


Figura 1 – Evolução do PIB da Bahia 1975-2005.

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

Tabela 1 – Taxa Média de Crescimento dos Grandes Setores de Atividade do PIB da Bahia 1975 – 2005.

(%)

| Período | Primário | Secundário | Terciário |
|-----------|----------|------------|-----------|
| 1975-1986 | 2,4 | 8,9 | 6,4 |
| 1986-1992 | -0,9 | -1,2 | 2,0 |
| 1992-2000 | 3,1 | 2,9 | 3,2 |
| 2000-2005 | 5,6 | 4,7 | 2,2 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Tabela 2 – Taxa Acumulada de Crescimento dos Grandes Setores de Atividade do PIB da Bahia 1975 – 2005.

(%)

| Período | Primário | Secundário | Terciário |
|-----------|----------|------------|-----------|
| 1975-1986 | 29,9 | 156,4 | 98,9 |
| 1986-1992 | -5,3 | -7,1 | 12,5 |
| 1992-2000 | 27,9 | 25,8 | 28,5 |
| 2000-2005 | 31,4 | 25,8 | 11,6 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

1930, que alteraram profundamente a divisão nacional do trabalho no Brasil. O principal projeto era o de **substituições de importações** e é a partir da sua implantação, juntamente com a do processo de desconcentração da economia — promovido pelo Governo Federal e incentivado pelos estados periféricos, dentre eles a Bahia, para reduzir desequilíbrios regionais — que, finalmente, nos anos 1970, a Bahia se insere na matriz industrial brasileira, com a chamada “especialização regional”. Tal especialização levou o

Tabela 3 – Taxa de Crescimento do PIB da Bahia – Por período – Acumulada e Média.

(%)

| Período | Média | Acumulada |
|-----------|-------|-----------|
| 1975-1986 | 6,1 | 92,0 |
| 1986-1992 | 0,1 | 0,9 |
| 1992-2000 | 3,1 | 27,5 |
| 2000-2005 | 3,8 | 20,3 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

Estado a voltar-se para uma industrialização centrada no setor químico, especialmente na petroquímica, e na metalurgia.

Ainda no âmbito de medidas macroeconômicas, é importante salientar os incentivos fiscais e financeiros criados pelo Governo Federal para atrair investimentos para outras regiões brasileiras que não o Centro-Sul. Entre esses se registra o sistema de incentivos fiscais 34/18/FINOR, que beneficiou o processo de reestruturação da dinâmica econômica da região Nordeste, observando-se que tais incentivos foram, em sua grande maioria, alocados no Estado da Bahia. Isso se deu pela proximidade da Bahia em relação ao Centro-Sul, e pelo fato de a produção nacional não oferecer alguns insumos básicos demandados pela indústria de transformação do Sudeste. Entre os fatores sistêmicos da competitividade, a Bahia contava ainda com as vantagens de ser, à época, a maior produtora de petróleo do país e de já possuir uma refinaria, a Landulfo Alves – Mataripe (RLAM).

Em relação ao poder local, foi montada uma explícita política industrial, setorial e regional. Além de participar diretamente de alguns empreendimentos, com estudos, investimentos e infra-estrutura, o Governo Estadual concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, o que possibilitou ao capital privado reduzir drasticamente o risco de sua participação no processo produtivo e garantiu vantagens comparativas à Bahia em relação aos demais Estados do Nordeste.

Em decorrência das medidas acima descritas, vários projetos foram implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (CIA), nos Distritos Industriais do interior do Estado e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Essas alterações estruturais na economia baiana incrementaram fortemente seu produto interno. Em termos de taxas de crescimento real do PIB, a Bahia supera o Nordeste e o Brasil ao longo da década de 1970. No período entre 1975 e 1986, a indústria cresce acumuladamente 156,4%, a agricultura 30%, o comércio 117% e as comunicações 1.383%. Esse crescimento fez com que a eco-

Tabela 4 – Composição Setorial do PIB Baiano.

| Anos | Setores (%) | | |
|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Primário | Secundário | Terciário |
| 1960 | 40,0 | 12,0 | 48,0 |
| 1970 | 21,2 | 12,4 | 65,4 |
| 1975 | 30,7 | 27,5 | 41,8 |
| 1980 | 16,4 | 31,6 | 52,0 |
| 1986 | 18,2 | 43,2 | 38,6 |
| 1990 | 15,2 | 31,9 | 52,9 |
| 1992 | 9,7 | 36,3 | 54,0 |
| 2000 | 10,7 | 41,1 | 48,2 |
| 2005 | 10,3 | 50,2 | 39,5 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

nomia baiana aumentasse sua participação na economia nacional — de menos de 4% em 1975 passa a 5,4% em 1985 — e contribuiu de forma positiva para a expansão do setor terciário da economia (em média 7,6% ao ano), particularmente na RMS.

É importante destacar que a consolidação da indústria de transformação no processo de desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 1980, ocorreu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, da qual poucos Estados lograram escapar. A Bahia, exatamente pelo avanço da sua indústria, estava entre estes últimos, ou seja, apresentou, malgrado a crise, crescimento do nível de atividade econômica.

Nos anos 1980, inicia-se uma política de desvalorização cambial que torna caros os produtos importados. Esses fatores macroeconômicos fizeram com que aumentasse a demanda, por parte das indústrias instaladas no Centro-Sul, pelos petroquímicos produzidos na Bahia.

Apesar de a economia ter-se concentrado fortemente, principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), outras áreas do interior do Estado também apresentaram significativo crescimento no final da década de 1970. Entre os destaques tem-se: produção de feijão na região de Irecê; expansão do pólo cafeeiro na Chapada; extração de minérios em determinadas áreas do Estado (Caraíba Metais etc.); rápida ocupação do Vale do Iuiú (pecuária e algodão) e desenvolvimento de regiões

como o Extremo-Sul, com a extração de madeira.

Período 2 – 1986 a 1992: inflexão e crise

A partir da segunda metade dos anos 1980, o vigoroso crescimento ocorrido entre 1975 a 1985 sofre um forte processo de inflexão. Entre 1986 e 1992, o ritmo de crescimento do PIB cai de 6,5% ao ano para aproximadamente 0,1%.

Em dez anos, ou seja, de 1975 a 1986, o PIB baiano, sob o efeito do Pólo Petroquímico de Camaçari, cresceu 92% acumuladamente. Entretanto, no período subsequente, entre 1986 e 1992, o crescimento acumulado foi de apenas 0,9%. Em que pese à diferença quantitativa dos anos entre os dois períodos, essa comparação tem como único objetivo salientar que entre 1986 e 1992 a economia baiana praticamente se estagnou.

O Gráfico 2, a seguir, evidencia claramente esse processo. Entre 1986 e 1992, o cenário apresentado foi de recessão, com variação negativa do nível de atividade nos três últimos anos desse período.

Os fatores que explicam essa crise podem ser encadeados da seguinte forma:

- a crise da economia nacional nos anos 1980 (a chamada década perdida), capitaneada pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, levou à falência o modelo anterior, no qual o Estado era o motor da acumulação capitalista e sob o qual se pautou o crescimento da economia baiana entre

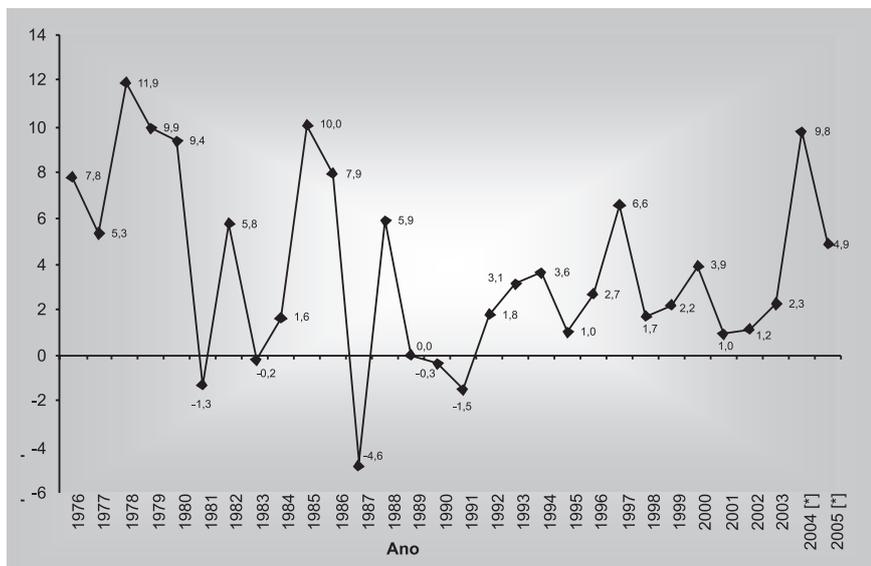


Figura 2 – Evolução do PIB da Bahia segundo taxa anual de crescimento – 1976-2005.

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

1975 e 1986. O endividamento interno e externo do Estado inviabilizou os investimentos projetados e a manutenção da acumulação capitalista, na forma até então vigente;

- a queda no ritmo de crescimento da economia ocasionou altas taxas de inflação, índices crescentes de desemprego e elevação das taxas de juros, o que desencadeou a chamada “ciranda” financeira e teve, portanto, efeitos negativos diretos na demanda agregada da economia brasileira, principalmente no consumo das famílias e nos gastos do Governo;
- deu-se um redirecionamento da economia brasileira para o mercado externo: incentivaram-se assim as exportações, que geravam divisas, garantiam o fechamento do balanço de pagamentos e mantinham o nível da atividade econômica.

Os efeitos dessa crise para o Estado da Bahia foram altamente negativos, podendo-se destacar alguns deles como os mais graves, como se pode verificar a seguir:

- foram paralisados os investimentos previstos para o Pólo de Camaçari e, assim, não foram geradas cadeias produtivas, a terceira ge-

ração da petroquímica. Dessa forma, a economia baiana permaneceu apenas como produtora de bens intermediários e o Complexo Petroquímico não recebeu novos investimentos;

- diminuiu o ritmo de crescimento da produção da indústria química baiana, tendo esse segmento, nos anos de 1988, 1990 e 1991, apresentado taxas negativas, de 3,6%, 6,8% e 7,6%, respectivamente. Pelo elevado peso que a indústria química tem na estrutura do segmento industrial baiano, os reflexos negativos sobre o PIB eram inevitáveis;
- foi gerada, com a paralisação do processo de investimentos, uma economia duplamente concentrada na formação do PIB: na agricultura, o cacau, em crise, continuava ser o principal produto de exportação. Na indústria, deu-se uma elevada concentração em torno do gênero químico. Em termos macroeconômicos, a geração espacial da renda concentrou-se na RMS e no litoral, principalmente na área de influência dos municípios de Ilhéus e Itabuna;
- cresceu a taxa de desemprego na RMS, conseqüência da forte migração — em parte derivada do fato

de a Bahia possuir uma população rural muito grande (ainda hoje a maior do país em termos absolutos, e vivendo de forma precária no semi-árido) — para essa região, atraída pelo Pólo. Esse processo fez de Salvador a terceira mais populosa cidade do país, com a uma das maiores taxa de desemprego dentre as cidades estudadas pelos institutos de pesquisas brasileiros;

- finalmente, identifica-se um último efeito, que se manifestou em meados dos anos 1980, decorrente da reestruturação produtiva mundial: a crise nos produtos tradicionais de exportação da agricultura baiana. A partir desse período, registraram-se sucessivas quedas nos preços internacionais dessas commodities, resultantes do crescimento da sua oferta mundial, com a entrada, no mercado, de novos países produtores, com menores custos médios e maiores rendimentos por hectare. Dentre os produtos baianos cujos preços caíram, citam-se: o cacau, que também foi atingido pela grave doença conhecida como “vassoura de bruxa”, e a mamona, o sisal, o fumo, o café e o algodão. O forte declínio do cacau, principal cultura agrícola do Estado na segunda metade dos anos 1980, ocorre sem que outra lavoura a substitua de imediato.

Assiste-se assim a uma total desestruturação do Estado da Bahia: suas finanças desorganizam-se; seu patrimônio público — estradas, escolas, hospitais etc. — passa por um processo de desgaste; seu funcionalismo tem grandes perdas em termos reais.

Os fatores sistêmicos da competitividade baiana seguem na mesma direção da situação financeira do setor público, acima mencionado. A educação não apresenta grandes avanços, a concentração da renda aumenta, as estradas pioram de situação, o crescimento dos setores serviços e comunicações é lento etc.

Apesar da crise nos dois principais setores da economia baiana (a agricultura tradicional e a petro-

química emergente), a política de redirecionamento da economia brasileira para o setor externo traz novos vetores de crescimento econômico para o Estado e dá início a um processo de diversificação agrícola e interiorização da produção. Além disso, a petroquímica, graças à política de desvalorização cambial adotada pelo Governo Federal, conseguiu colocar no mercado externo parte da sua produção, diminuindo, dessa forma, os efeitos da queda das vendas para o mercado interno.

Assim, esse período, apesar de se caracterizar como uma fase recessiva, é também aquele em que se verifica uma diversificação e interiorização da sua dinâmica, a saber: ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na Região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de hortifrutí — laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo, na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do Complexo Agroindustrial, dinamizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. É importante salientar que esse processo só começaria a ter impacto sobre o PIB a partir dos anos 1990.

Em conclusão, esse período, diferentemente do anterior, é marcado por uma redução da participação do PIB baiano no nacional, em consequência de ter-se estagnado o ritmo de crescimento da economia baiana (no cotejo com o período anterior, 1975/1985) e de se terem expandido fortemente outras áreas no Brasil, como o Centro-Oeste, incentivadas pela produção pecuária e agroexportadora, principalmente de grãos.

Período 3: anos 1990 — retomada do crescimento

Como dito anteriormente, a atual configuração socioeconômica da Bahia tem início a partir de meados da década de 1970, com o fortaleci-

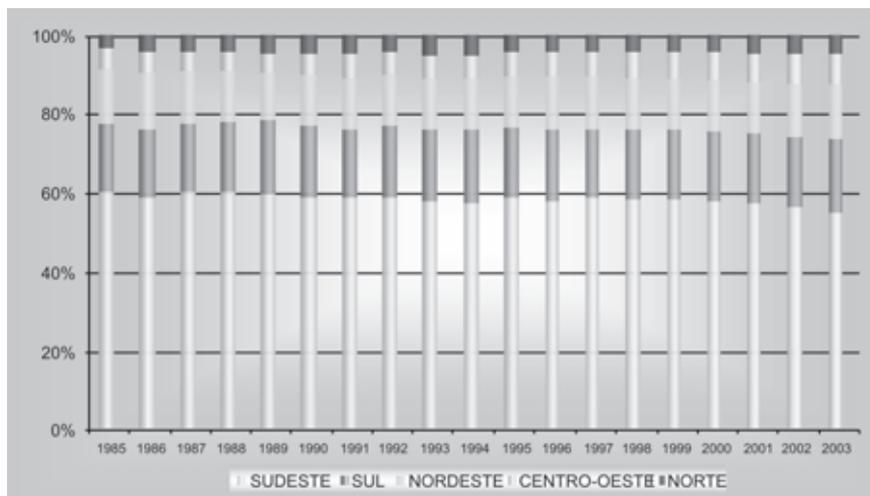


Figura 3 – Participação das Grandes Regiões no PIB do Brasil 1985-2003. Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais do Brasil – CONAC.

mento do cinturão industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS), particularmente com a entrada em operação do Pólo Petroquímico.

A expansão da economia baiana alicerçada no desempenho industrial — principalmente com o incremento nas atividades da indústria de transformação e da construção civil, esta última grande geradora de emprego e renda — acontece, principalmente no período do pós II PND e prossegue até meados dos anos 1980, momento em que a crise que vinha atingindo a economia brasileira começa a afetar o desempenho baiano: registram-se, entre o final dos anos 1980 e o começo de 1990, taxas de crescimento mais modestas. Apesar disso, a Bahia foi um dos Estados de melhor desempenho econômico naquela que é considerada a “década perdida” da economia brasileira.

O período compreendido entre 1992 e 2000 — tem algumas características marcantes, como:

- crescimento econômico acompanhando a média nacional;
- consolidação e ampliação da indústria montada no primeiro período, ou seja, petroquímica e metalurgia;
- consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da sil-

vicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos;

- alcance, pela agricultura, de um novo patamar de produção, com base na política nacional de incentivo às exportações iniciada no segundo período;
- esgotamento dos produtos tradicionais, a exemplo do fumo, que chegam ao fundo do poço, e esboço de recuperação dos níveis de produção de outros, graças às políticas dos Governos Estadual e Federal;
- surgimento de novos setores industriais, notadamente de bens finais, portadores de mudanças futuras na estrutura do Estado e promotores de sua inserção na divisão nacional do trabalho;
- maior preocupação com o turismo local, que passa a operar em um patamar mais elevado, a partir de investimento do Governo Estadual e de programas nacionais com parceiros internacionais, a exemplo do PRODETUR.

O crescimento médio do PIB baiano correspondeu a 3,1% a.a. ou, em taxa acumulada, foi de 27,5%, no período de 1992 a 2000. Os setores agropecuário e industrial cresceram no mesmo patamar: 3,1% e 2,9% respectivamente. Outros segmentos, como o comércio e comunicação, foram de grande destaque nesse período, alcançando um crescimento acumulado de 28,3% e 255,7% respectivamente.

Novo cenário nacional

A mudança na política econômica nacional, o Plano Real, a abertura do mercado brasileiro e a reestruturação do Governo Estadual fizeram a economia voltar a crescer. Abriu-se um novo período de investimentos produtivos e a perspectiva de outro ciclo sustentado de crescimento, agora menos concentrado.

Antes de tudo, verifica-se um forte crescimento do comércio e do consumo nos primeiros três anos do Plano Real, em função da estabilidade econômica e das facilidades de financiamento. Esse processo beneficiou mais fortemente as classes menos favorecidas, que representam a maioria da população baiana.

Em segundo lugar, ocorreu uma reestruturação dos principais setores do parque industrial baiano, que, como se sabe, é ainda pouco diversificado e concentra-se em setores internacionalmente competitivos: química e petroquímica, mineração e metalurgia, além de papel e celulose. A partir de 1994, além da celulose, a duplicação da RLAM e da Central de Matérias-Primas do Pólo Petroquímico de Camaçari fizeram a produção voltar a crescer e, em consequência, cresceu também o PIB estadual, como mostram as figuras a seguir.

Cabe também ressaltar o bom desempenho da indústria metalúrgica e a consolidação dos investimentos realizados na indústria de papel e celulose no Sul do Estado, que resultaram em elevados crescimentos desses segmentos no referido período, como mostra a figura 5.

Um outro importante fator a ser destacado é que, somente em meados dos anos 1990, o processo de diversificação da produção, ocorrido na agricultura baiana a partir de fins dos anos 1980, como descrito anteriormente, começa a influenciar e determinar a formação do valor agregado agrícola e, consequentemente, do PIB baiano. Como mostra a Tabela 5, entre os anos de 1985 e 2000 dá-se uma profunda transformação na agricultura, com perda significativa da participação do cacau na formação do valor bruto da produção, contribuindo com 36% em 1985, em 2000 o cacau tem um peso

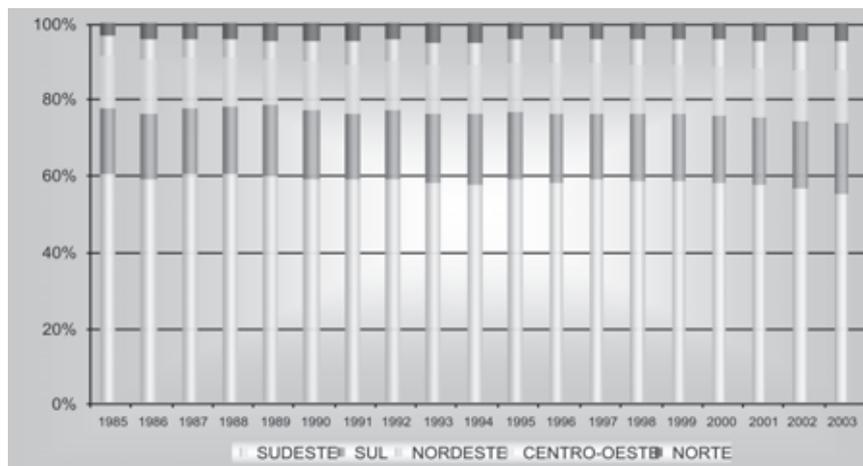


Figura 4 – Taxa de Crescimento acumulada da Indústria Química e Indústria de Transformação – Bahia, 1991-2000.

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

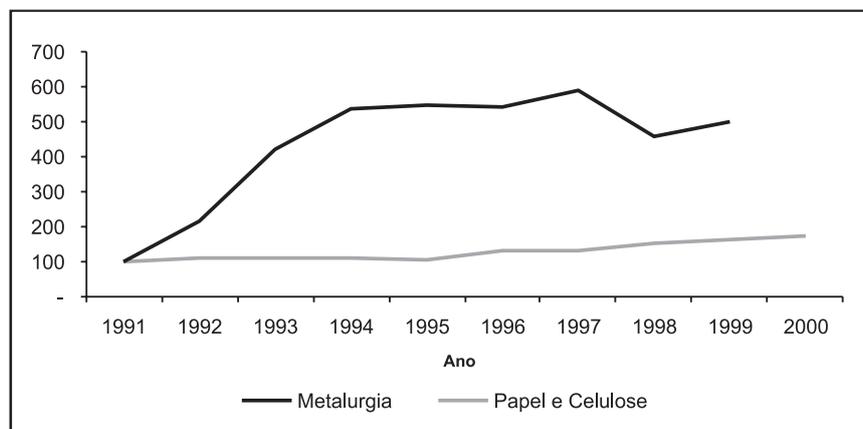


Figura 5 – Taxa de Crescimento Acumulada dos Segmentos Industriais de Maior Ascensão na Bahia – 1991-2000.

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

de apenas 6% no valor bruto da produção agrícola da Bahia.

É ainda nesse período que a crise dos produtos agrícolas tradicionais, como o cacau, sisal, fumo, café, mamona, parece chegar ao pior resultado já registrado pelas pesquisas do IBGE, como pode ser observado na Figura 6.

No que diz respeito ao comércio exterior, a competitividade da economia baiana fica evidente ao se verificar o significativo incremento do valor das exportações baianas, da ordem de quase 50% entre 1991 e 1998, apesar das dificuldades com que se defrontaram as exportações brasileiras no período. A conta de comércio (exportação + importação) cresce mais de 50%.

Na esfera governamental, a Bahia passou por um processo de reforma do Estado desde 1991 e promoveu um ajuste administrativo, fiscal e financeiro. Os primeiros resultados foram o equilíbrio das finanças públicas estaduais — o que levou à recuperação do crédito público nacional e internacionalmente — e o fato de o Estado passar a ter capacidade de gerar poupança interna e externa, abrindo assim a possibilidade de investimentos e de contar com programas de incentivos fiscais e financeiros.

Em conjunto, esses fatores viabilizaram múltiplos investimentos privados em novas áreas da atividade econômica, a exemplo dos segmentos industriais de bens de consumo

Tabela 5 – Participação dos Principais Produtos Agrícolas, segundo o Valor Bruto da Produção (Bahia: 1985-2000).

| Posição | 2000* | | 1985 | |
|---------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Produtos | (%) | Produtos | (%) |
| 1º | Mandioca | 16,2 | Cacau | 36,2 |
| 2º | Cana de açúcar | 15,3 | Mandioca | 10,7 |
| 3º | Soja | 10,7 | Cafê | 9,2 |
| 4º | Feijão | 7,6 | Feijão | 7,1 |
| 5º | Cafê | 5,9 | Mamão | 4,4 |
| 6º | Milho | 5,9 | Algodão herbáceo | 4,4 |
| 7º | Cacau | 5,9 | Cana de açúcar | 4,1 |
| 8º | Mamão | 4,2 | Soja | 3,3 |
| 9º | Coco-da-baia | 4,0 | Milho | 3,2 |
| 10º | Manga | 3,5 | Mamona | 2,9 |
| 11º | Banana | 2,7 | Banana | 2,4 |
| 12º | Algodão herbáceo | 2,3 | Sisal | 2,3 |
| 13º | Laranja | 2,1 | Laranja | 2,1 |
| 14º | Maracujá | 2,0 | Tomate | 1,8 |
| 15º | Sisal | 1,8 | Coco-da-baia | 1,3 |
| 16º | Tomate | 1,5 | Arroz | 1,1 |
| 17º | Cebola | 1,1 | Fumo | 0,4 |
| 18º | Uva | 1,1 | Cebola | 0,4 |
| 19º | Mamona | 0,8 | Batata doce | 0,4 |
| 20º | Dendê | 0,7 | Caju | 0,3 |
| | Subtotal | 95,2 | Subtotal | 98,1 |
| | Outros | 4,8 | Outros | 1,9 |
| | TOTAL | 100,0 | TOTAL | 100,0 |

Fonte: SEI/IBGE.

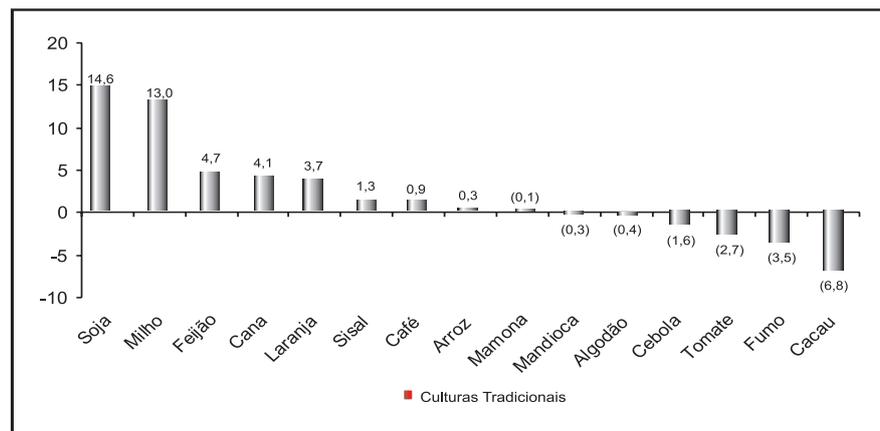


Figura 6 – Taxa de Crescimento Acumulada das Principais Lavouras da Bahia – 1991-2000.

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais.

Tabela 6 – Balança Comercial – Bahia (em US\$ bilhões – FOB).

| Anos | Exportações | Importações | Saldos | Corr. De Com. |
|------|-------------|-------------|--------|---------------|
| 1991 | 1,277 | 632 | 645 | 1,909 |
| 1992 | 1,491 | 534 | 957 | 2,025 |
| 1993 | 1,450 | 615 | 835 | 2,065 |
| 1994 | 1,721 | 753 | 968 | 2,474 |
| 1995 | 1,919 | 1,208 | 711 | 3,127 |
| 1996 | 1,846 | 1,343 | 503 | 3,189 |
| 1997 | 1,868 | 1,590 | 278 | 3,458 |
| 1998 | 1,829 | 1,500 | 329 | 3,289 |
| 1999 | 1,581 | 1,467 | 114 | 3,048 |
| 2000 | 1,943 | 2,256 | -313 | 4,199 |

Fonte: PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia.

populares, automobilístico, cerâmico e madeireiro/moveleiro, turismo etc. Esse movimento tem contribuído para a expansão e diversificação da economia, proporcionando uma maior integração industrial, com a abertura de novos horizontes que indicam um novo ciclo de crescimento.

Concluindo, é possível afirmar-se que, do ponto de vista da geração do PIB, esse período se constitui no momento histórico em que foram lançadas as bases para um novo ciclo de expansão do produto baiano e para que se reestruture a composição desse indicador, sobretudo no que concerne ao peso que aí têm a agropecuária e a indústria.

Período 4 – 2000-2005: manutenção do crescimento e consolidação industrial

A partir do ano 2000 começa a ser observado mudanças na estrutura produtiva do Estado da Bahia oriundas de dois fatores principais: **Primeiro** pela austera política macroeconômica colocada em prática pelo Governo Federal, priorizando a proteção da moeda contra desvalorizações e, buscando uma meta inflacionária extremamente baixa. Utilizando-se do instrumental de controle da taxa de juros, a política econômica do Brasil priorizou o curto prazo, pondo fim definitivo no projeto nacional desenvolvimentista. Esse fato tem grande relevância para a análise da evolução do PIB, pois como já mencionado a Bahia como unidade da federação brasileira passou por grandes problemas nos setores demandantes de recursos (atrelados ao crédito de longo prazo, praticamente inexistente nesse período). Essa conjuntura prejudicou muito o desempenho do setor de serviços baianos, que aos poucos perdeu participação. **Segundo**, pela política de atração de indústrias, que se consolidou no Estado uma montadora de veículos e seus sistemistas, grande geradora de valor agregado e outras tantas indústrias calçadistas grande geradoras de emprego. O empreendimento do Complexo *Amazon* que trouxe uma unidade da Ford para a Bahia, gerou efeitos multiplicadores para a economia estadual.

Como decorrência desse processo, vários sistemistas, inclusive de outros países, vieram para a Bahia e começaram a consolidar a indústria automobilística no Estado. Em menos de cinco anos de operação, a montadora baiana já bateu recordes de produção, e antecipou etapas, inicialmente previstas para 2006. A despeito disso a “baianização” dos veículos ainda é pequena tal qual o montante de empregos diretos gerados *vis a vis* o montante dos investimentos, devido a grandes recursos tecnológicos utilizada na produção.

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano, da diversificação produtiva, alcançou maior impulso, a partir de 2001, com o lançamento de uma política de atração de investimentos para estimular fluxos de produção e renda no Estado. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração do Estado (2005), foram realizados na Bahia no período 1999-2005 cerca de R\$ 30,7 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 135 mil empregos diretos. Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no Estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes. Desta forma vieram para a Bahia entre 2000 e 2005, diversas indústrias de diversas áreas. Delas destacam-se, seja pelo valor do investimento, seja pela elevada geração de emprego e valor agregado: a FORD e seus sistemistas de produção, a VERACEL CELULOSE, atualmente maior produtora de celulose do mundo, a MONSANTO, com produção de fertilizantes e diversas indústrias calçadistas, que são grandes geradoras de empregos. O destaque desse último empreendimento deve ser dado ao fato de ter permitido uma “interiorização” pelo território baiano.

O PIB da Bahia alcançou, nesse período, uma taxa média de 3,8% de crescimento, acumulando 20,3%. Ainda em relação à taxa acumulada os grandes destaques ficaram por conta da indústria de transformação

Tabela 7 – Investimentos Industriais Realizados no Estado da Bahia no período de 1999 a 2005.

| Setores Produtivos | Valor (R\$ 1,00) | Empregos Diretos |
|------------------------------------|-----------------------|------------------|
| Agroalimentar | 1.380.613.142 | 26.482 |
| Atividade Mineral e Beneficiamento | 871.233.381 | 4.209 |
| Calçados/Têxtil/Confecções | 1.193.253.673 | 51.791 |
| Complexo Madeireiro | 11.743.348.258 | 15.265 |
| Eletroeletrônico | 291.876.673 | 7.325 |
| Metal-Mecânico | 5.489.259.913 | 12.221 |
| Outros | 871.911.287 | 3.115 |
| Químico-Petroquímico | 5.547.086.516 | 3.952 |
| Reciclagem | 6.716.500 | 221 |
| Transformação Petroquímica | 3.326.887.685 | 10.303 |
| Total | 30.722.187.027 | 134.884 |

Fonte: SICM.

(40,5%), agropecuária (31,4%) e, em menor fôlego, o setor de serviços (11,6%). Conforme já observado na Tabela 4, toda a estrutura produtiva foi modificada, passando o setor industrial a responder por mais de 50% do valor agregado total da economia baiana em 2005.

Caso ocorra a formação de cadeias produtivas, com base nesses investimentos, poder-se-á assistir a um crescimento econômico distinto daquele ocorrido quando da implantação do Pólo Petroquímico nos anos 1970. Espera-se um processo menos concentrado e, portanto, com impactos positivos sobre os níveis de emprego, renda e demanda, podendo assim vir a alterar-se significativamente o setor do comércio e de serviços da RMS, e com impactos positivos para o interior do Estado.

Um outro aspecto que pode ser observado com a implementação dos novos arranjos produtivos é a mudança no perfil industrial da Bahia, que, chegou em 2001 a concentrar mais de 57% da estrutura de sua indústria de transformação no segmento químico. A geração do valor agregado de uma indústria automobilística, além dos investimentos nas indústrias de papel e celulose e alimentos têm contribuído para a diminuição na participação dessa estrutura, além de permitir à Bahia aumentar sua participação na geração do valor agregado nacional. A relação PIB-BA/PIB-BR passou de 4,1% em 1995 para aproximadamente 5,0%, em 2005.

Esse aumento de participação possibilita, sobretudo duas considerações especiais: a) primeiro, que a Bahia apresentou no período um crescimento médio do PIB superior ao do Brasil (na média — 3,8% Bahia e 2,2% Brasil — no acumulado, 20,3% Bahia e 11,4% Brasil), e b) que os investimentos alocados no Estado proporcionaram uma elevação da base produtiva e da geração de valor agregado. Tais investimentos, além do se constituírem em impulso à indústria de transformação, são fundamentais para a competitividade — inclusive internacional — do Estado.

Em relação a essa última observação, é importante destacar a evolução do comércio exterior da Bahia nesse período. Somente em 2005, o Estado da Bahia atingiu o recorde de sua história econômica recente, quando suas exportações somaram aproximadamente U\$ 6 bilhões expandindo-se 48% em relação a 2004. A título de informação, apenas para que se perceba a relevância do resultado estadual nesse mesmo período, as exportações brasileiras expandiram-se 23%.

Segundo os dados da Promo Bahia, a participação de produtos de média e alta tecnologia — que passaram a ser produzidos no Estado a partir de 2001—, apresentou um incremento de aproximadamente 19% no total das vendas externas realizadas entre 2004 e 2005. Em função dessa diversificação da pauta de exportações, ampliaram-se as rela-

ções comerciais do Estado com mercados não tradicionais, a exemplo do México e Venezuela, dois dos maiores compradores de automóveis produzidos em Camaçari, além de mercados em alta expansão como a China, Índia, Tailândia, Nigéria, Austrália e Israel.

É importante mencionar que, apesar da Bahia ter uma política de atração de indústrias ativa, criando vantagens econômicas comparativas como já mencionado, é limitada a participação no estabelecimento de diretrizes da política macroeconômica, que são determinadas pelo Governo Federal. A evolução do PIB na Bahia dependeu, depende e vai continuar a depender da situação prevalecente na conjuntura nacional, sendo esse indicador muito sensível às mudanças na política de Governo.

Em 2001 a economia baiana apresentou uma taxa de crescimento apenas satisfatória (aproximadamente 1,0%), pelas razões acima expostas, como reflexo de uma conjuntura bastante conflituosa. Crise de energia, desaceleração da economia norte-americana, crise na Argentina, ataques terroristas, desvalorização do Real marcaram negativamente esse período. Na Bahia houve ainda uma intensa seca, que atingiu praticamente todos os estados da região Nordeste e prejudicou sensivelmente o desempenho do setor agropecuário, não se podendo esquecer da posição de destaque que o mesmo tem na estrutura do PIB.

Nesse cenário, o governo brasileiro foi obrigado a agir, primeiro, para tentar separar as imagens do Brasil e da Argentina; em segundo lugar, para manter a meta inflacionária, grande âncora do Plano Real e condição obrigatória dos acordos de ajuda monetária com o FMI. Esses compromissos praticamente congelaram a ação da política macroeconômica brasileira em 2001.

Para tentar equilibrar a economia frente a tantos problemas, o Governo foi obrigado a manter elevadas às taxas de juros internas. Na macroeconomia básica, um aumento na taxa de juros, em que pese à diminuição da liquidez da economia com re-

Tabela 8 – Exportações Baianas, principais Segmentos: 2004/2005.

Fonte: Mdic/Secex, Dados Coletados em 11/01/2006.

| Segmentos | Valores (US\$ Milhões Fob) | | Variação (%) | Participação (%) |
|--------------------------------|----------------------------|--------------------|--------------|------------------|
| | 2004 | 2005 | | |
| Derivados de Petróleo | 549.770,0 | 1.375.657,0 | 150,2 | 23,0 |
| Químicos e Petroquímicos | 946.491,0 | 1.152.388,0 | 21,8 | 19,2 |
| Automotivo | 640.719,0 | 872.186,0 | 36,1 | 14,6 |
| Metalúrgicos | 384.872,0 | 578.294,0 | 50,3 | 9,7 |
| Papel e Celulose | 277.775,0 | 434.363,0 | 56,4 | 7,3 |
| Soja e Derivados | 335.547,0 | 377.174,0 | 12,4 | 6,3 |
| Cacau e Derivados | 194.045,0 | 224.401,0 | 15,6 | 3,7 |
| Minerais | 103.588,0 | 154.801,0 | 49,4 | 2,6 |
| Frutas e Suas Preparações | 74.884,0 | 103.581,0 | 38,3 | 1,7 |
| Algodão e Seus Subprodutos | 60.299,0 | 96.112,0 | 59,4 | 1,6 |
| Cafê e Especiarias | 68.065,0 | 89.054,0 | 30,8 | 1,5 |
| Couros e Peles | 72.406,0 | 71.597,0 | -1,1 | 1,2 |
| Móveis e Semelhantes | 45.327,0 | 68.236,0 | 50,5 | 1,1 |
| Sisal e Derivados | 62.548,0 | 63.552,0 | 1,6 | 1,1 |
| Calçados e Suas Partes | 50.816,0 | 56.032,0 | 10,3 | 0,9 |
| Borracha e Suas Obras | 13.680,0 | 46.797,0 | 242,1 | 0,8 |
| Máqs., Apars. e Mat. Elétricos | 32.012,0 | 38.826,0 | 21,3 | 0,6 |
| Fumo e Derivados | 16.699,0 | 18.613,0 | 11,5 | 0,3 |
| Pesca e Aqüicultura | 27.539,0 | 18.118,0 | -34,2 | 0,3 |
| Demais Segmentos | 105.834,0 | 147.962,0 | 39,8 | 2,5 |
| TOTAL | 4.062.916,0 | 5.987.744,0 | 47,4 | 100,0 |

Elaboração: Promo – Centro Internacional de Negócios da Bahia.

Tabela 9 – Balança Comercial da Bahia – 2000-2005.

| Discriminação | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Exportações | 1.942.968 | 2.119.651 | 2.410.037 | 3.258.772 | 4.062.916 | 5.987.744 |
| Importações | 2.250.906 | 2.292.634 | 1.877.606 | 1.924.220 | 3.021.129 | 3.310.799 |
| SalDOS | -307.938 | -172.983 | 532.431 | 1.334.552 | 1.041.787 | 2.676.945 |
| Corrente de Comércio | 4.193.874 | 4.412.285 | 4.287.643 | 5.182.992 | 7.084.045 | 9.298.543 |

Fonte: MDIC/SECEX.

dução na inflação, tem como reflexo imediato uma retração nos investimentos produtivos, que, por sua vez, diminuem a demanda agregada e paralisam a atividade interna. Em um cenário como esse, diminui a procura pelo crédito e a inadimplência aumenta. Sofrem os impactos dessa situação o comércio, que depende muito dos financiamentos de médio e longo prazo; a indústria, que é fomentada pelos investimentos produtivos e, que, praticamente, em sua totalidade, utiliza insumos importados (comprados em dólar); e outros setores, como os serviços, que, inevitavelmente, apresentaram diminuições nos indicadores de emprego e renda.

Em 2003, com a eleição do novo presidente que ao longa de sua his-

tória política, tinha posições contrárias a política econômica que vigorava até então, com isso esperava-se uma mudança nesse quadro de juros altos, para combater a inflação e segurar o câmbio. Esperava-se, também o reinício de um projeto nacional desenvolvimentista capaz de induzir crescimento econômico para todas as regiões do Brasil. Entretanto, o que se tem acompanhado é a manutenção das “regras do jogo” em que o mercado continua imperando de forma absoluta e o cumprimento das metas de inflação o único objeto de política econômica. Nesse cenário fica difícil fazer qualquer prognóstico sobre o desempenho macroeconômico do país, que apresentou crescimento da economia em 2004,

“ ... enquanto
vigorar essa política
econômica, a agricultura
da região Nordeste vai
continuar a depender
das chuvas para
apresentar bons
resultados... ”

muito mais pela insuficiência da demanda agregada de 2003 do que pelo projeto colocado em prática.

Ou seja, enquanto vigorar essa política econômica, a agricultura da região Nordeste vai continuar a depender das chuvas para apresentar bons resultados e as atividades que dependem do crédito e do investimento de longo prazo vão continuar subordinadas ao “nervosismo do mercado” e à tradicional pouca vontade da iniciativa privada brasileira.

Finalmente — e esperando-se ter alcançado o objetivo proposto inicialmente, qual seja, mostrar os principais fatos que proporcionaram ou limitaram o crescimento econômico da Bahia entre 1975 e 2005 — poder-se-ia dizer que política industrial, crise e recessão, retomada do crescimento e nova configuração industrial são as expressões que, respectivamente, melhor caracterizam cada um dos períodos aqui delimitados: 1975/1986, 1986/1992 e 1992/2000, 2000/2005.

Considerações finais

Como pode ser observado, a economia baiana passou por diferentes ciclos de crescimento do PIB. No primeiro deles (1975-1986) a atividade industrial, principalmente derivada da indústria de transformação e da construção civil foi a grande responsável pelo resultado do PIB com um detalhe. Dentro da estratégia de desenvolvimento regional oriunda do II PND houve a consolidação de um Pólo Petroquímico, complementar às indústrias instaladas no eixo Sul-Sudeste do país. A forma como se deu o processo de industrialização do Estado da Bahia impulsionou também o setor de serviços, atrain-

do milhares de trabalhadores para a RMS. Tanto sim que, mesmo com a pujança do crescimento industrial, como se observou pelos números da Tabela 4, o setor de serviços detinha a predominância na geração de valor agregado.

Com o esgotamento do modelo de substituição das importações e o fim da estratégia de crescimento para “dentro”, houve uma crise sem precedentes na história econômica recente do Brasil, resultando em um período de estagnação econômica, crise fiscal e financeira do Estado, combinados com altas taxas de inflação. Mesmo que tardiamente, em relação a outros Estados do Brasil, essa situação desaqueceu a economia baiana altamente especializada na produção de intermediários voltados para abastecimento das indústrias do Sudeste do país. Para piorar houve o esgotamento de tradicionais produtos agrícolas baianos (como o cacau fortemente prejudicado pela praga da vassoura de bruxa, e a quase que estagnação na produção de fumo do Recôncavo). Com a diminuição da atividade industrial, aumentou o desemprego, concentrado principalmente na RMS e praticamente cessaram os investimentos para o Estado da Bahia. No período 1986-1992 a economia baiana cresceu apenas 0,1% em média.

O período 1992-2000 se caracteriza por uma maior diversificação produtiva e interiorização da produção ao largo do território baiano (processo que começou no final da década de 1980 e início dos anos 1990 e ganha impulso a partir de então). Nesse período ocorreu, com maior ênfase a ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na Região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de *hortifruti* — laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo, na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do Complexo Agroindustrial, dinamizando

e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. A entrada em vigor do Plano Real (julho 1994) foi acompanhada por uma ausência total de um plano nacional desenvolvimentista e uma “obssessão” excessiva pelo controle inflacionário, a custos da valorização cambial e de elevadas taxas de juros (fato que se intensificou muito a partir dos anos 2000). Essa situação fez com que aumentasse a necessidade da intervenção das políticas estaduais, capazes de dinamizar a economia e promover uma atenuação do desemprego.

Não houve nesse período um setor líder na expansão do PIB. Como se observou na Tabela 1, agropecuária, indústria e serviços cresceram aproximadamente 3% em média ente 1992 e 2000, mesma tendência, em que pese a tautologia, seguida pelo PIB (3,1%). Apesar da conjuntura nacional desfavorável o setor de serviços permanecia, até essa época, como mais importante na geração de valor agregado do PIB estadual baiano.

A partir do ano 2000 iniciou-se um novo paradigma: a busca por “novas” indústrias, principalmente, através de isenções fiscais. Apoiado nessa estratégia, houve um grande aporte de investimentos industriais diversificando a base produtiva baiana. Vieram para a Bahia diversos segmentos industriais, seja por razões fiscais, seja por estratégia industrial, ou ainda por vantagens locais. O setor industrial mais uma vez retomava a liderança na geração do PIB com outro detalhe importante. Diferente do período 1975-1986 em que o dinamismo industrial impulsionou o setor de serviços, principalmente, porque a indústria de transformação era nascente, e tal qual a construção civil que se expandiu muito nesse período promoveu uma grande geração de emprego e renda desenvolvendo o setor de serviços, no período 2000-2005, o crescimento do setor industrial “achatou” o de serviços. As explicações se respaldam tanto na conjuntura nacional, com a ausência de políticas econômicas de desenvolvi-

mento e submissão total ao controle inflacionário via taxa de juros como, no campo estadual, pelo fato de que o principal empreendimento “baiano” desse período (leia-se a indústria montadora de veículos) ser altamente intensivo em capital e pouco gerador de empregos diretos.

Os primeiros resultados da SEI apontam para 2006, uma manutenção no crescimento do PIB, ainda que em taxas decrescentes. Ainda é cedo para dizer quando esse “modelo de crescimento” vai se esgotar, mas, o certo que é a Bahia, como periferia do capitalismo mundial certamente precisará de outro “coelho na cartola”.

Referências

- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Quatro cantos da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC. Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001. 110 p. (Série estudos estratégicos, n. 4).
- CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de; PESSOTI, Gustavo Casseb; PEREIRA, Ítalo Guanais Aguiar. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. p. 7-23 (Série estudos e pesquisas, 57).
- CONTAS REGIONAIS DO BRASIL 1985-2002. Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v. 13.
- CONTAS REGIONAIS DO BRASIL 2003. Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. v. 6.
- FAGUNDES, Maria Emilia M. Investimentos em infra-estrutura In: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 57-92. (Série estudos estratégicos).
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. Estratégia para o desenvolvimento da indústria na Região Metropolitana de Salvador. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p.149-204.
- IBGE. *Pesquisa agrícola municipal*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2005.
- _____. *Pesquisa industrial mensal de produção física*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jun. 2006.
- LIMA, Carmen Lúcia Castro. Evolução do valor agregado do setor de comunicação no estado da Bahia entre 1976 e 2000: fatos relevantes. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador: SEI 2002. p.143-147. (Série estudos e pesquisas, 58).
- MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana In: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 23-56. (Série estudos estratégicos).
- NASCIMENTO, Carla Janira Souza do. O setor industrial baiano sob a ótica do PIB. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador: SEI, 2002. p. 117-124. (Série estudos e pesquisas, 58).
- PESSOTI, Gustavo Casseb; PEREIRA, Ítalo Aguiar. Uma breve análise sobre o setor de serviços na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador: SEI 2002. p. 125-128. (Série estudos e pesquisas, 58).
- PORTO, Edgard. Desenvolvimento Regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p. 97-128.
- PROMO. Centro Internacional de Negócios da Bahia. Resultados do Comércio Exterior da Bahia. Disponível em: <www.promobahia.com.br>. Acesso em: 4 jun. 2006.
- ROCHA, Ana Georgina et al. A agropecuária baiana: principais fatos do período 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador: SEI, 2002. p. 111-116. (Série estudos e pesquisas, 58).
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do Século XXI. São Paulo: Ed. Record, 1ª Edição, 2005.
- SANTOS, Maria de Lourdes Caíres dos; GÓIS, Zélia Maria de C. Abreu. Desempenho do comércio baiano. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador: SEI, 2002. p. 129-134. (Série estudos e pesquisas, 58).
- SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO. Investimentos Industriais da Bahia no período 1999-2005. Disponível em: <www.sicm.ba.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2006.
- SIMÕES, Ana Margaret Silva. *Alojamento, alimentação e transportes na Bahia*. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador: SEI, 2002. p.135-142. (Série estudos e pesquisas, 58).
- SPINOLA, Noelio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de desenvolvimento regional: o caso da Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador: UNIFACS, Ano III, n. 4, jul. 2001, p. 27-47.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. PIB da Bahia. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2006.
- UDERMAN, Simone. Perspectivas industriais In: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 93-176. (Série estudos estratégicos).
- VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço. PIB baiano: uma análise do período 1975-2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises setoriais*. Salvador: SEI, 2002. p. 103-110. (Série estudos e pesquisas, 58).

Seu artigo na RDE



Para que seu artigo seja publicado no próximo número da RDE (nº 15) o **prazo para entrega dos originais se encerra dia 31.01.2007**, e deverá ser enviado em CD ou disquete de acordo com as NORMAS DE EDITORAÇÃO publicadas na página 104 deste número.